

‘Lixo’ legislativo impede Câmara de apreciar projetos importantes

Geraldo Magela 15.2.93

SCHEILA BERNADETE

O “lixo” legislativo volta a preocupar o Congresso nesta nova legislatura. Projetos considerados eleitoreiros continuam a circular pelos computadores da Câmara e do Senado, atrapalhando o andamento de matérias importantes. Apesar do corporativismo que barrou o esforço promovido pela extinta Comissão de Modernização da Câmara, no final de 1991, o presidente da Casa, Inocêncio de Oliveira, garante que vai rearticular, no início da próxima semana, uma comissão nos mesmos moldes, com o objetivo de proceder à triagem dos projetos. “Mas não tenha dúvidas de que a polêmica será grande”, antecipa o deputado.

O problema maior, segundo Inocêncio, é convencer a um parlamentar que seu projeto, de cunho puramente regional, seja considerado como verdadeiro absurdo pelo resto da sociedade. “Para ele, e sua comunidade, é de imensa valia”, ressalta o presidente da Câmara.

Enquadram-se nesta condição centenas de propostas entre os 3.120 projetos em tramitação na Câmara. A do deputado Paulo Duarte (PFL-SC) é um bom exemplo. Ela beneficia cultivadores de maçã de seu Estado e torna obrigatória a inclusão da fruta na merenda escolar. Outro projeto de Duarte obriga passageiros de ônibus intermunicipais a usarem cinto de segurança.

O desconto no Imposto de Renda para doações em favor do hipismo rural poderá reveter em grandes lucros para clubes de elite. Para seu

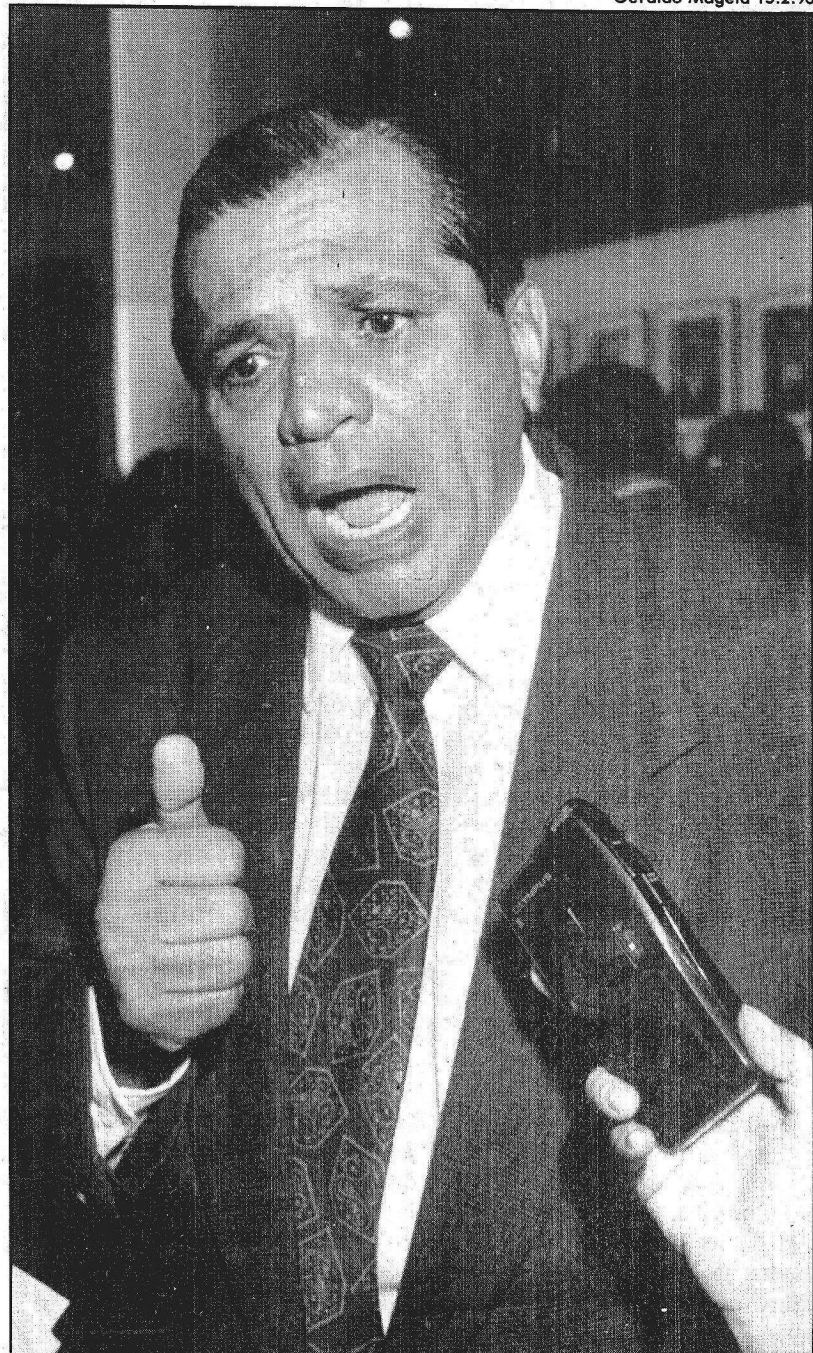
autor, o deputado Jurandir Paixão (PMDB-SP), a intenção é incentivar “um esporte de grande importância e significado”.

Para não estimular a preguiça nacional, prevê um projeto do ex-deputado Jorge Arbage (PDS-PA) a modificação da primeira estrofe da segunda parte do Hino Nacional — “Deitado eternamente em berço esplêndido”.

Também à espera de votação está o projeto do deputado e professor Álvaro Valle (PL-RJ), que isenta as igrejas do pagamento de contas de luz, se estas forem superiores as de prédios residenciais.

Os funcionários públicos brasileiros poderão retribuir o presente do deputado Matheus Iensen (PTB-PR) com votos. Ele propõe feriado a todo o servidor no dia de seu aniversário. O deputado José Carlos Coutinho (PDT-RJ) quer diminuir os gastos postais. Mas só para as correspondências destinadas aos parlamentares, que serão isentas de tarifas, conforme estabelece seu projeto.

O atual ministro da Saúde, Jamil Haddad, que é deputado licenciado pelo PSB do Rio, também já assinou a lista de projetos considerados inúteis. Haddad apresentou proposta estabelecendo o emprego das algemas como privativo das autoridades policiais, civis e militares, assim como de seus agentes. “O objetivo é não vulgarizar o ato de algemar”, justifica. Pela matéria, as algemas somente serão utilizadas em caso de “resistência à prisão, tentativa de fuga e na proteção do próprio custodiado e de terceiros”.



Inocêncio prevê dificuldades para selecionar os projetos